

Regular e dinamizar as comunicações nos países lusófonos

Liliana Casanova*

A ARCTEL-CPLP, Associação de Reguladores de Comunicações e Telecomunicações da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, foi criada em Outubro de 2008 com o objectivo de promover o intercâmbio de informação, adopção de melhores práticas e harmonização da regulação nos países de língua portuguesa.

Para além do reforço dos laços históricos de amizade e de cooperação já existentes, um dos principais pontos de actuação da ARCTEL é no desenvolvimento da cooperação económica e empresarial entre os seus membros.

A concretização destes objectivos passa pela necessidade de se criar um ambiente institucional e regulatório propício ao reforço da cooperação sectorial, e que este sirva de estímulo à inovação e ao desenvolvimento das comunicações nos países envolvidos.

Em entrevista Filipe Baptista, Secretário-geral da ARCTEL, explica a razão de ser de uma associação de reguladores, quais as metas até agora atingidas e os projectos para o futuro.

Porquê criar uma associação de reguladores, quando eles só por si já têm uma posição marcada internacionalmente?

FB - *Esta associação surge há semelhança de outras já existentes no globo, associações regionais de reguladores, cujo objectivo é melhorar a regulação, trocar experiências de forma a obter-se uma*

É inegável que o desenvolvimento das comunicações implica também o desenvolvimento da sociedade

regulação mais eficaz.

O espaço CPLP embora não seja uma região, porque está dividido em várias regiões, tem laços e afinidades muito grandes e daí o entendimento de que poderia ser criada uma associação regional embora não o sendo geograficamente.

Outra razão que está na base da criação da ARCTEL é de dar continuidade a um trabalho que já existia, e que era feito no quadro da CPLP, e que consistia na realização de reuniões técnicas de troca de experiências e de informação sobre o que havia sido feito nos vários países.

Esse projecto acabou e entendeu-se que havia maturidade e corebusiness

suficiente para se dar início a um projecto de maior envergadura e com maior responsabilidade e avançar para a criação de uma associação de reguladores.

Essas formam as principais razões que estiveram na génese da criação da associação.

Em que pressupostos assenta a actuação da ARCTEL?

A ARCTEL promove a troca de informações. É sobretudo um fórum de debate e discussão e serve para coordenar posições, por exemplo ao nível dos fóruns internacionais em que se participa, nomeadamente na UIT que é aquele que é mais transversal a todos os reguladores.

E depois tem também um objectivo latente assumido por todos os associados que é o de contribuir para o desenvolvimento do mercado lusófono, ou seja, que todos os mercados nacionais dos países membros da associação de reguladores constituam um só mercado, o mercado lusófono.

Em que moldes é efectuado esse trabalho?

A regulação é sobretudo feita para o mercado, numa perspectiva regional e mais abrangente.

De um ponto de vista mais elevado procuramos desenvolver o mercado lusófono, e a forma de o desenvolver é aproximar todos os intervenientes do sector: operadores, reguladores e consumidores, e nesta relação tripartida tentar de uma forma suave criar as melhores condições para atrair investimento estrangeiro directo e assim apostar no desenvolvimento do mercado lusófono num conceito que já é aceite transversalmente por

todos, não só neste sector como noutros também.

Qual a importância da captação de investimento estrangeiro para o desenvolvimento do mercado lusófono?

O investimento estrangeiro é importante para criar emprego, negócio, parcerias económicas. Embora qualquer um dos países da associação já tenha um mercado de telecomunicações bastante desenvolvido, com algumas nuances, uns mais liberalizados outros menos, mas todos eles apresentam graus de liberalização e dinamismo bastante consideráveis.

Obviamente que à cabeça estão Portugal e Brasil, não fazendo distinção em quem está na liderança, até por são países com mercados bastante diferentes, mas todos os restantes países, Cabo-Verde, Angola, Moçambique, São Tomé, Guiné, que apesar de ser um país pobre tem muita vivacidade, e até Timor Leste, embora esteja numa fase mais atrasada em termos de liberalização, são mercados que têm muito potencial e que nos importa defender, para não deixar que sejam canibalizados por investidores que não têm interesse nenhum.

De que forma é que a associação intervém no processo de captação de investimento?

Não é feita uma intervenção propriamente. É efectuado um processo de consulta mútua que permite, através de conversas e troca de experiências, aconselhar o melhor caminho a seguir e assim evitar erros cometidos no passado por outros reguladores. É uma forma de minorar

os impactos negativos nesses mercados.

A forma de atrair o investimento, sem que haja nenhuma obrigatoriedade de vinculação por parte de nenhum dos membros, essa é que pode ser efectuada de diversas maneiras, quer seja através da criação de novos operadores, através de parcerias entre empresas que já existam naqueles mercados e que se queiram associar a outras que querem entrar no mercado com produtos diferentes

Ter mercados cada vez mais atractivos, mais transparentes, mais dinâmicos

ideias diferentes, quer seja até empresas de diferentes países que se queiram associar para entrar de novo naqueles mercados.

O objectivo é ter mercados cada vez mais atractivos, mais transparentes, mais dinâmicos, porque com isso ganhamos todos, ganha o país, ganham os consumidores, porque num mercado mais vivo há mais oferta e portanto há um benefício claro para quem utiliza as telecomunicações

E depois porque é inegável que o desenvolvimento das comunicações implica também o desenvolvimento da sociedade e nestes países apostar no sector das comunicações é apostar no individual desenvolvimento de cada país.

Nestes dois anos de existência da ARCTEL quais as principais conquistas?

Estes primeiros 2 anos foram essencialmente anos de afirmação e de maturidade. Afirmação no seio internacional ao passarmos a ser membros da UIT, que desde início foi um objectivo primordial.

Maturidade ao nível das nossas perspectivas de futuro e daquilo que nós queremos que seja a regulação regional. Fomos nós que contribuimos para implementação formal de reuniões entre associações regionais.

Conseguimos isso em Beirute em 2009, e em 2010 realizou-se em Dakar, no Senegal, a 1ª Reunião Formal de Associações Regionais de Reguladores, para que estes encontros, antes informais, passassem a ter um cariz formal.

Planos para o futuro próximo?

Ao contrário do que seria expectável assumimos como uma peça fundamental a nossa afirmação em termos internacionais.

A partir de agora podemos olhar um pouco para dentro da associação e perceber o que podemos fazer, nomeadamente ao nível de apresentação de candidaturas para financiamentos internacionais e apoiar a associação e os seus membros em projectos mais específicos.

Estamos, também, a realizar parcerias estratégicas com outras associações regionais nomeadamente a ATU (AfricaTelecommunication Union).

* CCC/Jornalismo

Perfil



Filipe Baptista

38 anos

Licenciado em Relações Internacionais (Universidade Lusíada)

Mestre em Cooperação e Desenvolvimento (ISEG)

Chefe de Divisão da ANACOM, na Direcção de Relações Exterior, Cooperação e Desenvolvimento

Secretário-geral da ARCTEL-CPLP

Países membros da ARCTEL – CPLP

AGER - Autoridade Geral de Regulação . São Tomé e Príncipe

ANAC – Agência Nacional das Comunicações . Cabo Verde

ANACOM – Autoridade Nacional de Comunicações . Portugal

ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações . Brasil

ARCOM - Autoridade Reguladora das Comunicações . Timor Leste

ICGB - Instituto das Comunicações da Guiné Bissau . Guiné Bissau

INACOM – Instituto Angolano das Comunicações . Angola

INCM - Instituto Nacional das Comunicações de Moçambique . Moçambique